



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Comissão Técnica de Análise de Planilha de Custos e Formação de Preços - SUPEL-ATP

Parecer nº 6/2023/SUPEL-ATP

PE 745/2022/SUPEL/RO.

PROCESSO Nº 0026.069332/2022-34 - 1º Análise de Planilha de Custos - LOTE 4

OBJETO:

Contratação de empresa especializada em vigilância e segurança patrimonial, armada e ostensiva, diurna e noturna, a serem prestadas nas unidades desta Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, de forma contínua por um período de 12 meses.

Senhor(a) Pregoeiro(a),

Trata-se o presente relatório da análise das planilhas apresentadas pela empresa **PROTEÇÃO MÁXIMA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA**, 2ª colocada após fase de lances, ao Pregão acima epigrafado, conforme solicitação do (a) Pregoeiro (a), condutor do certame (0037656321).

Registra-se que para o preenchimento das Planilhas de Custos e Formação de Preços das licitantes nesse certame foi considerada a **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2024 do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SEGURANÇA, VIGILÂNCIA, TRANSPORTES VALORES CURSOS FORMACAO DE VIGILANTES DO ESTADO DE RONDONIA - SINTESV / 2022 / 2024 (RO000033/2022)**, conforme parâmetros utilizados pela **Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS** na elaboração da planilha referencial.

Em conformidade com a Lei Complementar 123 atualizada pela Lei Complementar 167/2019:

“Art. 17 Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte que realize cessão ou locação de mão-de-obra;

Art. 18 O valor devido mensalmente pela microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional será determinado mediante aplicação das alíquotas efetivas, calculadas a partir das alíquotas nominais constantes das tabelas dos Anexos I a IV desta Lei Complementar, sobre a base de cálculo de que trata o § 3º deste artigo, observado o disposto no § 15 do art. 3º.

§ 5º-C Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços seguintes serão tributadas na forma do Anexo IV desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar, devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis:

VI - serviço de vigilância, limpeza ou conservação.” Grifo Nosso.

Desta feita, para preenchimento das planilhas as empresas devem observar as regras dispostas no Instrumento Convocatório (Edital 0034495830) alinhadas a legislação aplicada à contratação, assim, restam poucas variáveis que podem ser modificadas.

A presente licitação visa contratação de Vigilância nas seguintes categorias e turnos:

| |
|--------------------------------|
| 1. Vigilante - Diurno (ARMADO) |
|--------------------------------|

2. Vigilante - Noturno (ARMADO)

Realizada a análise pormenorizada de todas as planilhas apresentadas, verifica-se divergências nas planilhas apresentadas, na legislação aplicada à contratação, bem como a planilha referencial elaborada pela **Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS** – Unidade requisitante dos serviços, conforme abaixo discriminado, devendo a empresa observar que em sendo realizados ajustes devem ser aplicados em todas as planilhas correspondentes aos Itens/Lotes que contemplem cada categoria e turno.

Foram analisadas as planilhas apresentadas pela citada empresa, para o LOTE 04.

Após análise das planilhas, verifica-se que os seguintes pontos necessitam de correção:

1. DO VIGILANTE DIURNO (ARMADO)**1.1. DO SUBMÓDULO 4.1.**

1.1.1. Registra-se que os valores preenchidos pela licitante neste submódulo, encontram-se divergentes dos valores previstos na planilha referencial. Logo, deverá a licitante ajustar a base de calculo utilizada, sendo correta a base de calculo que contemple os seguintes itens: Total do Modulo 1 + Total do Modulo 2 + Total do Modulo 3 + Uniformes.

1.2. DO SUBMÓDULO 4.2.

1.2.1. Os apontamentos tecidos em referência a este submódulo estarão dispostos no item 2 deste opinativo.

1.3. DO MODULO 5.

1.3.1. Referente a este modulo, observa-se que os insumos a serem fornecidos, encontram-se abaixo do valor médio de mercado. Neste sentido, questiona-se a licitante sobre a exequibilidade de seus preços.

1.3.2. Em tempo, esta setorial observa que a rubrica de contribuição referente ao SESMT, encontra-se zerado, o que deverá ser corrigido/justificado pela licitante, visto que a Convenção Coletiva de Trabalho prevê a contribuição no valor de R\$ 29,92.

2. DO VIGILANTE PARCIAL (HORISTA DIURNO)**2.1. DO MODULO 1.**

2.1.1. De inicio, é primordial lembrar que a base de calculo para o salário base do vigilante horista corresponde ao salário hora, multiplicado pela média de dias trabalhados por mês, sendo esta igual a 15,21.

2.1.2. Verifica-se ainda que a licitante deixou de computar neste módulo, os valores referentes ao Descanso Semanal Remunerado - DSR.

2.1.3. É oportuno expor aqui, que embora a Lei Federal 13.467/2017, tenha removido do funcionário que trabalhe em escala 12x36, o direito a este benefício, o referido dispositivo não se aplica a este Vigilante Horista uma vez que o mesmo não está submetido a escala 12x36, visto que o mesmo não labora em escala de 12 horas, tão pouco usufrui de 36 horas seguidas de descanso.

2.1.4. Vale ressaltar, que a Jornada de Trabalho em regime de tempo parcial, está regulamentada no art. 58-A da Consolidação das Leis do Trabalho, o qual considera jornada parcial aquela que não ultrapasse 30 horas semanais, ou ainda, 26 horas semanais, com a possibilidade de 6 horas suplementares, senão vejamos;

Art. 58-A. Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais. ([Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017](#)). (Vigência)

...

§ 4º Na hipótese de o contrato de trabalho em regime de tempo parcial ser estabelecido em número inferior a vinte e seis horas semanais, as horas suplementares a este quantitativo serão consideradas horas extras para fins do pagamento estipulado no § 3º, estando também limitadas a seis horas suplementares semanais.

2.1.5. Expostos os dispositivos acima, tem-se que não há de se falar em jornada 12x36 para o vigilante horista, uma vez que a jornada em regime de tempo parcial poderá ter até 30 horas semanais, ou ainda, 26 horas semanais com a possibilidade de 6 horas suplementares, que somadas ocasionariam em uma jornada de 32 horas semanais.

2.1.6. Neste ponto, é importante trazer a justificativa da licitante para o não computo do DSR na planilha referente ao horista, vejamos;

DSR- De acordo com a letra "A" do Módulo 1, Calculos para 15 plantões ou seja 12X36 horas (Quem trabalha 12X36 não tem direito ao DSR - compensado)

2.1.7. Observa-se que a licitante adentra na hipótese de se caracterizar a jornada 12x36, visto que os dias calculados na planilha do horista, equivalem aos mesmos dias calculados na planilha do vigilante 12x36.

2.1.8. Isso posto, esclarecemos que a quantidade de horas calculadas na planilha do horista correspondem aos dias trabalhados pelo vigilante que laboram pela jornada 12x36.

2.1.9. Entretanto, é importante atentar-se que ao final da planilha do Vigilante 12x36, multiplica-se por 2 o valor total dos custos obtidos por funcionário, computando em dobro as horas trabalhadas pelo horista, bem como, todos os custos envolvidos com o empregado parcial.

2.1.10. Logo, quando se fala no custo total do Posto Diurno, fala-se dos custos de 2 vigilantes, submetidos a escala 12x36, e também de 30,42 horas mensais que deverão ser pagas aos vigilantes horistas, que fizerem a substituição dos titulares em intervalo para almoço e descanso.

2.1.11. Nota-se que em nenhum momento, fala-se ser obrigatório para a empresa, utilizar de 2 vigilantes parciais para substituição dos vigilantes titulares.

2.1.12. Neste ponto, conclui-se que os argumentos trazidos não se aplicam ao caso em tela.

2.2. DO SUBMÓDULO 2.3.

2.2.1. Referente a este submódulo, observadas justificativas apresentadas, observa-se que o valor devido no que concerne a auxílio alimentação para o vigilante Horista, corresponde a R\$ 3,00 por hora trabalhada, conforme o primeiro Termo Aditivo da Convenção coletiva de trabalho vigente.

2.2.2. No tocante ao item C deste submódulo, que do adicional "Cesta Básica" para o empregado, a convenção coletiva prevê que o referido benefício, é calculado sobre o salário base da função, neste sentido, visto que o vigilante horista acumula salário por horas trabalhadas, tem-se que a formula correta para calculo é a seguinte: (Salário mensal (103,51) * 16%) - (Salário mensal (103,51) * 1%) / 12.

2.2.3. Neste ponto, é valido mencionar que o beneficio tratado no parágrafo supra, é calculado por horas trabalhadas, sendo indevido o seu rateio, conforme defende a licitante através das justificativas apresentadas.

2.3. DO MÓDULO 3.

2.3.1. Referente a este módulo, observa-se no item D, que houve equivoco da licitante no percentual incidente utilizado, deste modo, informa-se que o percentual deste item se obtém pela seguinte fórmula: $(1,94\% * \text{Percentual total do módulo 2.2 (36,80\%)}) = 0,71\%$

2.4. DO SUBMÓDULO 4.1.

2.4.1. Registra-se que os valores preenchidos pela licitante neste submódulo, encontram-se divergentes dos valores previstos na planilha referencial. Logo, deverá a licitante ajustar a base de calculo utilizada, sendo correta a base de calculo que contemple os seguintes itens: Total do Modulo 1 + Total do Modulo 2 + Total do Modulo 3 + Uniformes.

2.5. DO MODULO 5.

2.5.1. Esta setorial observa que a rubrica de contribuição referente ao SESMT, encontra-se zerado, o que deverá ser corrigido/justificado pela licitante, visto que a Convenção Coletiva de Trabalho prevê a contribuição no valor de R\$ 29,92.

3. DO VIGILANTE NOTURNO (ARMADO)

3.1. DO SUBMÓDULO 4.1.

3.1.1. Registra-se que os valores preenchidos pela licitante neste submódulo, encontram-se divergentes dos valores previstos na planilha referencial. Logo, deverá a licitante ajustar a base de calculo utilizada, sendo correta a base de calculo que contemple os seguintes itens: Total do Modulo 1 + Total do Modulo 2 + Total do Modulo 3 + Uniformes.

3.2. DO SUBMÓDULO 4.2.

3.2.1. Referente a este submódulo, fora identificada divergência entre os valores informados no campo total deste submódulo, em comparação ao valor informado no quadro resumo do Módulo 4, devendo ser corrigido.

3.2.2. Os demais apontamentos tecidos em referência a este submódulo estarão dispostos no item 4 deste opinativo, destinado exclusivamente ao que se refere a planilha de vigilante horista

3.3. DO MODULO 5.

3.3.1. Referente a este modulo, observa-se que os insumos a serem fornecidos, encontram-se abaixo do valor médio de mercado. Neste sentido, questiona-se a licitante sobre a exequibilidade de seus preços.

3.3.2. Em tempo, esta setorial observa que a rubrica de contribuição referente ao SESMT, encontra-se zerado, o que deverá ser corrigido/justificado pela licitante, visto que a Convenção Coletiva de Trabalho prevê a contribuição no valor de R\$ 29,92.

4. DO VIGILANTE PARCIAL (HORISTA NOTURNO)**4.1. DO MODULO 1.**

4.1.1. De início, é primordial lembrar que a base de cálculo para o salário base do vigilante horista corresponde ao salário hora, multiplicado pela média de dias trabalhados por mês, sendo esta igual a 15,21.

4.1.2. Verifica-se ainda que a licitante deixou de computar neste módulo, os valores referentes ao Descanso Semanal Remunerado - DSR.

4.1.3. É oportuno expor aqui, que embora a Lei Federal 13.467/2017, tenha removido do funcionário que trabalhe em escala 12x36, o direito a este benefício, o referido dispositivo não se aplica a este Vigilante Horista uma vez que o mesmo não está submetido a escala 12x36, visto que o mesmo não labora em escala de 12 horas, tão pouco usufrui de 36 horas seguidas de descanso.

4.1.4. Vale ressaltar, que a Jornada de Trabalho em regime de tempo parcial, está regulamentada no art. 58-A da Consolidação das Leis do Trabalho, o qual considera jornada parcial aquela que não ultrapasse 30 horas semanais, ou ainda, 26 horas semanais, com a possibilidade de 6 horas suplementares, senão vejamos;

Art. 58-A. Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais. ([Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017](#)). (Vigência)

...

§ 4º Na hipótese de o contrato de trabalho em regime de tempo parcial ser estabelecido em número inferior a vinte e seis horas semanais, as horas suplementares a este quantitativo serão consideradas horas extras para fins do pagamento estipulado no § 3º, estando também limitadas a seis horas suplementares semanais.

4.1.5. Expostos os dispositivos acima, tem-se que não há de se falar em jornada 12x36 para o vigilante horista, uma vez que a jornada em regime de tempo parcial poderá ter até 30 horas semanais, ou ainda, 26 horas semanais com a possibilidade de 6 horas suplementares, que somadas ocasionariam em uma jornada de 32 horas semanais.

4.1.6. Neste ponto, é importante trazer a justificativa da licitante para o não computo do DSR na planilha referente ao horista, vejamos;

DSR- De acordo com a letra "A" do Módulo 1, Cálculos para 15 plantões ou seja 12X36 horas (Quem trabalha 12X36 não tem direito ao DSR - compensado)

4.1.7. Observa-se que a licitante adentra na hipótese de se caracterizar a jornada 12x36, visto que os dias calculados na planilha do horista, equivalem aos mesmos dias calculados na planilha do vigilante 12x36.

4.1.8. Isso posto, esclarecemos que a quantidade de horas calculadas na planilha do horista correspondem aos dias trabalhados pelo vigilante que labora pela jornada 12x36.

4.1.9. Entretanto, é importante atentar-se que ao final da planilha do Vigilante 12x36, multiplica-se por 2 o valor total dos custos obtidos por funcionário, computando em dobro as horas trabalhadas pelo horista, bem como, todos os custos envolvidos com o empregado parcial.

4.1.10. Logo, quando se fala no custo total do Posto Diurno, fala-se dos custos de 2 vigilantes, submetidos a escala 12x36, e também de 30,42 horas mensais que deverão ser pagas aos vigilantes horistas, que fizerem a substituição dos titulares em intervalo para almoço e descanso.

4.1.11. Nota-se que em nenhum momento, fala-se ser obrigatório para a empresa, utilizar de 2 vigilantes parciais para substituição dos vigilantes titulares.

4.1.12. Neste ponto, conclui-se que os argumentos trazidos não se aplicam ao caso em tela.

4.2. DO SUBMÓDULO 2.3.

4.2.1. Referente a este submódulo, observadas justificativas apresentadas, observa-se que o valor devido no que concerne a auxílio alimentação para o vigilante Horista, corresponde a R\$ 3,00 por hora trabalhada, conforme o primeiro Termo Aditivo da Convenção coletiva de trabalho vigente.

4.2.2. No tocante ao item C deste submódulo, que do adicional "Cesta Básica" para o empregado, a convenção coletiva prevê que o referido benefício, é calculado sobre o salário base da função, neste sentido, visto que o vigilante horista acumula salário por horas trabalhadas, tem-se que a fórmula correta para cálculo é a seguinte: (Salário mensal (103,51) * 16%) - (Salário mensal (103,51) * 1%) / 12.

4.2.3. Neste ponto, é válido mencionar que o benefício tratado no parágrafo supra, é calculado por horas trabalhadas, sendo indevido o seu rateio, conforme defende a licitante através das justificativas apresentadas.

4.3. DO MÓDULO 3.

4.3.1. Referente a este módulo, observa-se no item D, que houve equívoco da licitante no percentual incidente utilizado, deste modo, informa-se que o percentual deste item se obtém pela seguinte fórmula: $(1,94\% * \text{Percentual total do módulo 2.2 (36,80\%)}) = 0,71\%$

4.4. **DO SUBMÓDULO 4.1.**

4.4.1. Registra-se que os valores preenchidos pela licitante neste submódulo, encontram-se divergentes dos valores previstos na planilha referencial. Logo, deverá a licitante ajustar a base de cálculo utilizada, sendo correta a base de cálculo que contemple os seguintes itens: Total do Módulo 1 + Total do Módulo 2 + Total do Módulo 3 + Uniformes.

4.5. **DO MÓDULO 5.**

4.5.1. Esta setorial observa que a rubrica de contribuição referente ao SESMT, encontra-se zerado, o que deverá ser corrigido/justificado pela licitante, visto que a Convenção Coletiva de Trabalho prevê a contribuição no valor de R\$ 29,92.

5. **DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

5.1. Diante de todo exposto, em observância ao item 11.5.3. do Edital, **sugere-se conceder a empresa a oportunidade de AJUSTAR a sua planilha** de acordo com a análise pormenorizada acima, de forma a demonstrar a exequibilidade da sua Proposta Comercial, **SEM QUE SEJA MAJORADO O VALOR DO ÚLTIMO LANCE OFERTADO NO SISTEMA COMPRASNET** cumprindo com todas as exigências legais trabalhistas e demais variáveis contempladas.

É o parecer.

Porto Velho - RO, data e hora do sistema

João Vitor Rodrigues de Souza

Membro da Comissão Técnica de Análise de Planilha de Custos e Formação de Preços

Portaria nº 12, de 07 de fevereiro de 2023 – DIOF nº 26 de 08/02/2023



Documento assinado eletronicamente por **João Vitor Rodrigues de Souza, Analista**, em 04/05/2023, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0037883148** e o código CRC **FF7E5556**.